

### EDITAL PRGDP Nº 71/2016

(publicado no DOU de 30/6/2016, seção 3, página 59)

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no art. 10 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, no art. 9º da Lei nº 11.091, de 12/1/2005, alterada pela Lei nº 11.233, de 22/12/2005, no Decreto nº 6.944, de 21/8/2009, na Lei nº 7.853, de 24/10/1989, no Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, na Portaria nº 243, de 3/3/11, do Ministério da Educação, no Decreto nº 7.232, de 19/7/10, na Portaria Interministerial MP/MEC nº 111, de 2/4/2014, na Lei 12.990 de 9/6/2014 e neste Edital, faz saber que se encontrarão abertas as inscrições para concurso público destinado ao provimento de cargos técnico-administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

O concurso, objeto deste Edital, será coordenado pela Comissão designada pela Portaria Reitoria nº 458 de 2/5/2016, pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP) e realizado pela Diretoria de Processos Seletivos (DIPS) da UFLA, conforme Portaria Reitoria nº 1.142, de 24/9/2012.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos, número de vagas oferecidas e número máximo de candidatos permitido para aprovação (em conformidade com o disposto no Anexo II do Decreto nº 6.944/09, de 21/8/2009) estão especificados no QUADRO 1, a seguir:

**QUADRO 1.** Níveis, cargos, requisitos de qualificação para ingresso, número de vagas e número máximo de candidatos permitido para aprovação:

Nível de classificação	Cargos	Requisito de qualificação para ingresso	Nº de Vagas	Nº máximo de candidatos permitido para aprovação
C	Auxiliar em Administração	Ensino Fundamental Completo	1	5
E	Engenheiro Civil	Curso superior em Engenharia Civil e registro no conselho competente (Lei n. 5.194/1966 e Lei n. 8.195/1991)	1	5
<b>TOTAL</b>			<b>2</b>	<b>10</b>

1.2. Devido ao número restrito de vagas destinadas a cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência, conforme previsto na legislação vigente.

1.3. No presente Edital não haverá a reserva de vagas para negros, de acordo com o disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.990/2014

1.4. A descrição sumária da atribuição do cargo de **Auxiliar em Administração** é: Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística, bem como, tratar documentos variados, preparar relatórios e planilhas, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Utilizar recursos de informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

1.5. A descrição sumária da atribuição do cargo de **Engenheiro Civil** é: Desenvolver projetos de engenharia; executar obras; planejar, orçar e contratar empreendimentos; coordenar a operação e a manutenção dos mesmos. Controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados. Elaborar normas e documentação técnica. Realizar demais atividades compatíveis com a descrição contida no código CBO nº 2142-05. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.6. O ingresso, no cargo de Auxiliar em Administração, dar-se-á no Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I e Padrão de vencimento 1 e, no cargo de Engenheiro Civil, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I e Padrão de vencimento 1.

**1.7.** O regime jurídico para os candidatos nomeados será o estatutário, previsto na Lei nº 8.112/90 e suas alterações, e na legislação complementar.

**1.8.** A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, estabelecida no artigo 19 da Lei nº 8.112/90, alterado pelo artigo 22 da Lei nº 8.270/91, e poderá ser cumprida nos horários diurno e noturno, a critério da Universidade.

**1.9.** O candidato poderá ser lotado em qualquer unidade do *campus* da Universidade Federal de Lavras, observadas a necessidade e conveniência da Administração e a legislação vigente.

**1.10.** A remuneração é a equivalente ao vencimento básico do respectivo cargo: Nível de Classificação **C**, Nível de capacitação I e Padrão de Vencimento 1 - R\$ 1.739,04 (um mil, setecentos e trinta e nove reais e quatro centavos); Nível de Classificação **E**, Nível de capacitação I e Padrão de Vencimento 1 - R\$ 3.666,54 (três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

**1.10.1.** Os valores acima serão acrescidos de auxílio-alimentação e de auxílio-transporte, nos termos da legislação vigente.

**1.11.** O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da UFLA, conforme previsto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal.

**1.12.** Novas vagas que vierem a ser autorizadas pelos órgãos competentes, dentro do prazo de validade do concurso, serão preenchidas por ordem de classificação dos candidatos, observados os termos deste Edital e a legislação vigente.

## **2. DAS INSCRIÇÕES**

**2.1.** Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento, na íntegra, do disposto neste Edital, disponível no endereço eletrônico **[www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta)**, e certificar-se de que preencherá, até a data da posse, todos os requisitos para a investidura no cargo para o qual pretende concorrer. **Somente após registrar o “aceite às normas contidas neste Edital”, o candidato terá acesso ao requerimento de inscrição.**

**2.1.1.** Ao efetuar a inscrição, o candidato estará declarando, automaticamente, concordância com todos os termos deste Edital, com as normas que regem o concurso, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento, e que preencherá, até a data da posse, todos os requisitos exigidos para investidura no cargo escolhido.

**2.2.** A inscrição será feita somente via Internet, no endereço eletrônico **[www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta)**, conforme procedimentos especificados no subitem **2.8** deste Edital.

**2.3.** Para efetuar a inscrição, é imprescindível que o candidato esteja inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF).

**2.4. Período de inscrição:** das **9h do dia 13 de julho de 2016 até as 23h59 do dia 1º de agosto de 2016** (horário oficial de Brasília).

**2.5. Taxa de inscrição:** R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) para o cargo de Auxiliar em Administração e R\$ 115,00 (cento e quinze reais) para o cargo de Engenheiro Civil.

**2.6. Documentação exigida:** Um dos seguintes documentos de identidade: Carteiras expedidas por Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Polícias Cíveis, Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas por Ordens ou Conselhos criados por Lei Federal, desde que contenham fotografia e o nº da identidade que lhes deu origem; Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997), Carteira de Trabalho ou Passaporte (dentro do prazo de validade).

**2.6.1.** Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou ainda, cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas, nem protocolo de solicitação de documentos.

**2.7.** É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea e não serão aceitas inscrições via postal, fax e/ou correio eletrônico.

**2.8. Procedimentos para efetuar a inscrição:**

**2.8.1.** Acessar o endereço eletrônico **[www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta)** e digitar o CPF.

**2.8.2.** Preencher os campos contidos no requerimento de inscrição e indicar **o cargo para o qual pretende concorrer.**

**2.8.3.** O candidato com deficiência que necessitar de **atendimento especial** e/ou **tempo adicional** para a realização da prova deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.10** deste Edital. Deverá, ainda, encaminhar por Sedex, laudo médico original (expedido no máximo há 90 (noventa) dias antes do término das inscrições), que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, para o seguinte endereço: Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, Centro Administrativo da UFLA, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000, Lavras/MG, com data de postagem até o dia **3/8/2016**, **impreterivelmente**, ou entregar pessoalmente na secretaria da DIPS/UFLA, até essa mesma data, nos horários das **8h às 11h30 e das 14h às 17h30**.

**2.8.4.** O candidato que, em razão de alguma **limitação temporária**, necessitar de **atendimento especial** para a realização da prova, deverá marcar o campo correspondente no ato da inscrição, informar quais condições necessita, nos termos do subitem **2.10** e também encaminhar laudo médico original nos mesmos moldes definidos no subitem **2.8.3** deste Edital.

**2.8.5.** O candidato que **utiliza órtese, prótese** (auditiva, de locomoção e/ou outras) ou **marca-passo**, ou **que tiver necessidade de fazer uso de medicação no decorrer da prova**, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, nos termos do subitem **2.10** e também encaminhar laudo médico original, nos mesmos moldes definidos no subitem **2.8.3** deste Edital.

**2.8.6.** Após o preenchimento dos campos, o candidato deverá gerar e imprimir o **REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**. Serão impressos:

- **BOLETO BANCÁRIO**, que conterá as informações do candidato, nº de controle e código de barras. Por meio desse boleto, será efetuado o pagamento da taxa de inscrição;
- **VIA DO CANDIDATO**, que conterá todas as informações prestadas pelo candidato e o mesmo número de controle impresso no boleto bancário;

**2.8.7.** Antes de efetuar o pagamento, o candidato deverá **conferir**, na via do candidato, as informações prestadas no ato da inscrição. Caso haja algum dado incorreto, o candidato deverá desconsiderar o requerimento de inscrição (via do candidato e boleto bancário) e fazer nova inscrição seguindo todos os passos novamente. A inscrição se efetiva com o pagamento da taxa.

**2.8.8.** O candidato é o único responsável pelo completo e correto preenchimento do Requerimento de Inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade as informações nele prestadas e o envio dos documentos citados nos subitens **2.8.3 a 2.8.5** deste Edital, bem como o pagamento da taxa de inscrição, no prazo previsto neste Edital.

**2.8.9.** A UFLA exime-se de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou endereço inexato ou incompleto, fornecidos pelo candidato.

**2.8.10.** O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia **2/8/2016**, por meio do boleto bancário. O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária no Território Nacional, preferencialmente no Banco do Brasil, em seu horário normal de funcionamento, em postos de autoatendimento ou via internet (observar o horário estabelecido pelo banco para quitação nesta data), bem como nas casas lotéricas, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

**2.8.10.1.** Em nenhuma hipótese haverá prorrogação de prazo para pagamento da taxa de inscrição previsto neste Edital, ainda que o último dia do referido prazo (**2/8/2016**) seja feriado estadual, distrital ou municipal no local escolhido pelo candidato para o pagamento.

**2.8.11.** A inscrição só será efetivada mediante a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, pelo Banco do Brasil, baseando-se no código de barras impresso no boleto. Será considerado como válido somente o requerimento cujo número for o mesmo que se encontra no boleto por meio do qual a taxa de inscrição foi paga.

**2.8.12.** A UFLA não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por quaisquer motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido do candidato, fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, bem como problemas de ordem bancária.

**2.8.13.** É de inteira responsabilidade do candidato ficar de posse do requerimento de inscrição e do comprovante de pagamento para futura comprovação, caso haja necessidade.

**2.8.14. NÃO SERÃO CONSIDERADAS AS INSCRIÇÕES:** que forem realizadas por agendamento bancário sem a devida comprovação da respectiva efetivação do pagamento; cujo pagamento tenha sido realizado após o dia **2/8/2016**; cujo pagamento tenha sido realizado por depósito bancário em conta.

**2.8.15. SERÃO CANCELADAS AS INSCRIÇÕES:** cujo pagamento da taxa for efetuado por cheque e esse não for compensado por qualquer motivo; com pagamento de valores diferentes dos estabelecidos no subitem **2.5** deste Edital, de acordo com cada Nível de Classificação.

**2.8.16.** Em caso de pagamento de dois ou mais requerimentos de inscrição de um mesmo candidato, será considerado válido o que apresentar a data de pagamento mais recente e, se o pagamento tiver sido efetuado na mesma data, será considerado o último requerimento preenchido. Os demais requerimentos serão cancelados automaticamente e não haverá devolução da taxa de inscrição.

**2.8.17.** Não será permitida transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, bem como transferência da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.

**2.8.18.** Em hipótese alguma, a taxa de inscrição será devolvida, salvo em caso de cancelamento do concurso por parte da UFLA.

**2.9. Isenção da taxa de inscrição:** A UFLA empregará os termos do artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 2/10/2008, para isenção da taxa de inscrição, sendo considerado como isento o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26/6/2007; e

b) for, **comprovadamente**, membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007. Considera-se família de baixa renda, de acordo com o referido decreto, aquela com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

**2.9.1.** A isenção deverá ser solicitada marcando o campo correspondente no requerimento de inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), somente no período de **13 a 15/7/2016**. O candidato deverá: a) informar o **seu próprio Número de Identificação Social – NIS**, atribuído pelo CadÚnico (**o NIS é pessoal e intransferível**; portanto, o candidato que informar o NIS de outra pessoa terá o seu pedido de isenção indeferido); b) declarar ser, comprovadamente, membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

**2.9.1.1.** A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6/9/1979.

**2.9.2.** O candidato de baixa renda que não possui o NIS deverá providenciá-lo no Setor de Serviço Social da Prefeitura de sua cidade.

**2.9.3.** Será gerado um **comprovante de solicitação de isenção da taxa de inscrição**, constando o nº do requerimento de inscrição e os dados fornecidos pelo candidato. É de inteira responsabilidade do candidato imprimir e ficar de posse do comprovante de solicitação de isenção da taxa de inscrição para futura conferência, caso haja necessidade.

**2.9.4.** A UFLA consultará o Órgão Gestor do CadÚnico, para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. O candidato só terá seu pedido de isenção deferido se **o NIS for validado pelo Órgão Gestor do CadÚnico**.

**2.9.5.** O resultado do pedido de isenção será divulgado oficialmente no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), a partir do dia **22/7/2016**. A UFLA não se responsabiliza por outras formas de publicação e/ou informação do resultado.

**2.9.6.** É de exclusiva responsabilidade do candidato informar-se sobre o resultado do pedido de isenção.

**2.9.7.** O candidato que tiver seu NIS validado pelo Órgão Gestor do CadÚnico será isento do pagamento da taxa e estará automaticamente inscrito no concurso, devendo observar as datas e os prazos estabelecidos neste Edital.

**2.9.8.** O candidato que tiver seu pedido de isenção **INDEFERIDO**, caso queira efetivar sua inscrição, poderá interpor recurso contra o resultado do pedido de isenção, conforme estabelecido no item 7 deste Edital, ou efetuar o pagamento da taxa de inscrição, nos termos dos subitens **2.8.6 a 2.8.18** deste Edital. Caso o recurso seja indeferido, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição nos termos dos subitens 2.8.6 a 2.8.18 deste Edital.

**2.9.9.** Em caso de dois ou mais requerimentos de inscrição de um mesmo candidato isento, será considerado válido o último requerimento preenchido.

**2.9.10.** Não serão estornados valores da taxa de inscrição dos candidatos contemplados com isenção e que já tenham efetivado o pagamento da taxa de inscrição.

## **2.10. DO ATENDIMENTO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA**

**2.10.1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA** que se enquadrar nas categorias descritas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, e necessitar de atendimento especial e/ou

tempo adicional para a realização da prova, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.8.3** deste Edital;

**2.10.2. A PESSOA QUE, EM RAZÃO DE ALGUMA LIMITAÇÃO TEMPORÁRIA**, necessitar de atendimento especial para a realização da prova, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.8.3** deste Edital;

**2.10.3. A PESSOA QUE UTILIZA ÓRTESE, PRÓTESE** (auditiva, de locomoção e/ ou outras) ou **MARCA-PASSO, OU QUE TIVER NECESSIDADE DE FAZER USO DE MEDICAÇÃO NO DECORRER DAS PROVAS**, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.8.3** deste Edital.

**2.10.4.** Ao marcar o campo correspondente, referente a qualquer uma das situações previstas nos subitens 2.10.1, 2.10.2 e 2.10.3 deste Edital, será disponibilizado um link para o formulário específico que deverá ser impresso, preenchido, assinado e encaminhado à DIPS/UFLA. Ao formulário deverá ser juntado laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência. A documentação deverá ser enviada à Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, por Sedex, no seguinte endereço: Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, Centro Administrativo da UFLA, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000, Lavras/MG, com data de postagem até o dia **3/8/2016, impreterivelmente**, ou entregue pessoalmente na secretaria da DIPS/UFLA, até essa mesma data, nos horários das **8h às 11h30 e das 14h às 17h30**.

**2.10.4.1.** A análise dos documentos será realizada por Junta Médica da UFLA que, a seu critério, poderá exigir a presença do candidato na Coordenadoria de Saúde Ocupacional – CSO/UFLA, em data estabelecida pela própria Junta Médica, para que seja feito um laudo pericial. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à razoabilidade e à viabilidade do pedido e, caso a Junta Médica julgue o pedido procedente, determinará as condições em que o candidato fará a prova. **A locomoção ficará por conta do candidato.**

**2.10.5. A CANDIDATA LACTANTE QUE TIVER NECESSIDADE DE AMAMENTAR** durante a realização da prova deverá solicitar atendimento especial para tal fim, marcando o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.8.3** deste Edital. Com esse procedimento, será disponibilizado um link para o formulário específico, que deverá ser impresso, preenchido, assinado e encaminhado à DIPS/UFLA. No referido formulário, além dos dados da criança, deverão ser indicados o nome, número do documento de identidade e CPF de um **ACOMPANHANTE**, que ficará responsável pela guarda da criança durante a realização da prova. O formulário, juntamente com cópias da **CERTIDÃO DE NASCIMENTO** da criança e dos documentos do acompanhante indicados no formulário, deverão ser enviados à Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, por Sedex, no seguinte endereço: Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, Centro Administrativo, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000, Lavras/MG, com data de postagem até o dia **3/8/2016, impreterivelmente**, ou entregue pessoalmente na secretaria da DIPS/UFLA, até essa mesma data, nos horários **das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30**.

**2.10.5.1.** No dia da prova, o acompanhante deverá comparecer com a criança ao local designado pela DIPS/UFLA, no mesmo horário que a candidata e apresentar o seu documento de identidade e CPF. O acompanhante ficará com a criança em sala reservada, juntamente com um fiscal designado pela UFLA.

**2.10.5.1.1.** Após o horário estabelecido, não será mais permitida a entrada do acompanhante e da criança no local designado, ficando a candidata impedida de amamentar durante a realização da prova.

**2.10.5.2.** A candidata lactante fará a prova em sala normal, com os demais candidatos. A DIPS/UFLA não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança; portanto, a candidata que comparecer com a criança sem acompanhante, para esse fim, ficará impedida de ter acesso ao setor da prova.

**2.10.5.3.** Nos momentos necessários, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal, do sexo feminino, designado pela UFLA. Os pertences da candidata ficarão na sala de prova.

**2.10.5.4.** A amamentação dar-se-á em sala reservada para esse fim. Nessa sala ficará apenas a candidata lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência do acompanhante da criança.

**2.10.5.5.** O tempo gasto com a amamentação não será acrescido ao tempo total da prova.

**2.10.6.** Não será permitida a presença de acompanhantes aos candidatos com necessidades especiais. Todo atendimento especial será realizado por profissionais designados pela UFLA.

**2.10.7.** O resultado da solicitação de atendimento especial será disponibilizado ao candidato no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**, até o dia **22/8/2016**. A DIPS/UFLA não se responsabiliza por outras formas de publicação e/ou informação do resultado.

**2.10.8.** O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da solicitação de atendimento especial, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

**2.10.9.** O candidato que não solicitar atendimento especial no ato da inscrição ou deixar de cumprir as normas estabelecidas fará a prova nas mesmas condições que os demais candidatos.

### **2.11. DA VERIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

**2.11.1.** O candidato deverá verificar se sua inscrição foi efetivada, acessando o Cadastro do Candidato no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**, a partir do dia **5/8/2016**, usando seu número de CPF e data de nascimento.

**2.11.1.1. Conferência do pagamento da taxa de inscrição:** caso o pagamento da taxa de inscrição não tenha sido comprovado, o interessado deverá preencher o formulário eletrônico que será disponibilizado no endereço acima citado e **anexar cópia digital de seu comprovante de pagamento, obrigatoriamente no formato PDF ou JPG, até o dia 10/8/2016**. Sua inscrição só será efetivada após a comprovação de que o pagamento foi realizado até o dia **2/8/2016**.

**2.11.1.1.1. Após o dia 10/8/2016**, não serão aceitas comprovações de pagamentos; portanto, aquele que deixar de observar o disposto no subitem anterior, no período estabelecido, não terá o direito de recorrer posteriormente.

**2.11.1.2. Conferência dos dados da inscrição:** conferir seus dados fornecidos no requerimento de inscrição. Para corrigir dados incorretos, o candidato deverá preencher o formulário eletrônico que será disponibilizado no endereço eletrônico acima citado, no período de **5 a 10/8/2016**. Todas as alterações estarão sujeitas à análise da DIPS/UFLA. As alterações consideradas pertinentes poderão ser consultadas no Cadastro do Candidato, a partir do dia **11/8/2016**.

**2.11.1.2.1.** O candidato que tiver fornecido data de nascimento incorreta no ato da inscrição, e não solicitar a correção, não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar prerrogativa legal.

### **2.12. DO COMPROVANTE DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO**

**2.12.1.** O Comprovante Definitivo de Inscrição será disponibilizado, **exclusivamente pela Internet**, no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**, a partir do dia **16/9/2016**. O candidato deverá imprimi-lo, pois a DIPS/UFLA **NÃO ENVIARÁ** o comprovante ao candidato.

**2.12.2.** No comprovante definitivo de inscrição, constarão os dados pessoais do candidato, **DATA, HORÁRIO, ENDEREÇO E SETOR DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS**, bem como outras orientações necessárias.

**2.12.3.** O comprovante definitivo de inscrição, **IMPRESSO em papel**, deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no setor de realização da prova, juntamente com o documento de identidade (com fotografia) informado no ato da inscrição.

## **3. DAS FASES DO CONCURSO (DAS PROVAS)**

**3.1. CARGO DE AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO:** O concurso constará de duas fases, ambas de caráter eliminatório e classificatório, a serem realizadas em uma única data.

### **3.1.1. PRIMEIRA FASE**

**3.1.1.1.** A primeira fase constará de uma prova objetiva contendo questões de múltipla escolha, conforme disposto no QUADRO 2:

**QUADRO 2.** Conteúdos, nº de questões, pesos e total de pontos

<b>Conteúdos da Prova</b>	<b>Nº de Questões</b>	<b>Pesos</b>	<b>Total de pontos</b>
Língua Portuguesa	25	1	25
Matemática	10	1	10
Legislação	15	1	15
<b>Total Prova Objetiva</b>	<b>50</b>		<b>50</b>

**3.1.1.2.** Serão **ELIMINADOS** do concurso os candidatos que obtiverem pontuação 0 (zero) em qualquer um dos conteúdos ou pontuação inferior a 60% (sessenta por cento) na prova objetiva (primeira fase).

**3.1.1.3.** Os candidatos não eliminados, conforme o subitem **3.1.1.2** deste Edital, serão classificados para a correção das redações (segunda Fase), em ordem decrescente do total de pontos obtidos na primeira fase, observado o disposto no subitem **3.1.2.2** deste Edital.

### **3.1.2. SEGUNDA FASE**

**3.1.2.1.** A segunda fase constará de uma redação com valor de 20 (vinte) pontos, com peso 2 (dois).

**3.1.2.2.** A segunda fase será aplicada a todos os candidatos; porém, somente terão suas redações corrigidas os candidatos que forem classificados até o limite de 20 (vinte) vezes o número máximo de candidatos permitido para aprovação na lista geral de classificação ( $20 \times 5 = 100$ ), incluindo-se os empatados na última colocação.

**3.1.2.2.1.** Os candidatos classificados além do limite estabelecido e que não atendam à condição de empate na última colocação, conforme o subitem **3.1.2.2** deste Edital, serão **ELIMINADOS** do concurso.

**3.1.2.3.** Serão igualmente **ELIMINADOS** do concurso os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 40% (quarenta por cento) do total de pontos estabelecidos para esta segunda fase (redação).

**3.1.2.4.** A relação de candidatos que terão suas redações corrigidas (segunda fase) será divulgada no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), juntamente com o resultado da primeira fase. Cabe ao candidato consultá-la.

**3.2. CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL:** consistirá na realização de uma prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório.

**3.2.1.** Os conteúdos da prova, o número de questões e os pesos estão especificados no QUADRO 3, a seguir:

**QUADRO 3.** Conteúdos, nº de questões, pesos e total de pontos.

<b>Prova/Conteúdo</b>	<b>Questões</b>	<b>Pesos</b>	<b>Total de pontos</b>
Língua Portuguesa	10	1	10
Matemática	10	1	10
Legislação	15	1	15
Conhecimento Específico*	35	3	105
<b>Total</b>	<b>70</b>		<b>140</b>

\* Aspectos teóricos e teórico-práticos sobre o exercício do cargo.

**3.2.2.** Serão **ELIMINADOS** do concurso os candidatos que obtiverem pontuação 0 (zero) em qualquer um dos conteúdos da Prova ou que obtiverem pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) nas questões de Conhecimento Específico.

**3.3.** Os programas das provas serão divulgados no sítio eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), a partir da data de publicação deste edital.

## **4. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

**4.1.** As provas serão realizadas em Lavras-MG, na data prevista de **25/9/2016**. O endereço completo do setor de realização das provas será indicado no Comprovante Definitivo de Inscrição do candidato, conforme subitem **2.12.2** deste Edital.

**4.1.1.** É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do endereço e do setor de realização das suas provas, bem como o comparecimento no horário determinado.

**4.2.** A duração máxima de realização da prova será de 4 (quatro) horas, com início previsto para as 13 horas 30 minutos e término previsto para as 17 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília), incluindo o tempo para o preenchimento do formulário de respostas e do formulário de redação.

**4.2.1.** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova ou para preenchimento do seu formulário de respostas ou do formulário de redação.

**4.2.2.** À UFLA reserva-se o direito de alterar o horário de início, a data e setor de realização da prova, em casos fortuitos ou por motivo de força maior.

**4.3.** Recomenda-se que os candidatos cheguem aos setores de realização da prova com antecedência, eximindo-se a UFLA da responsabilidade por eventuais atrasos dos candidatos. **As portarias dos setores de realização da prova serão abertas às 12h30 e fechadas, pontualmente, às 13h15. Não haverá, em nenhuma hipótese, tolerância para a entrada dos candidatos nos setores de realização da prova após as 13h15.** O candidato que chegar ao setor de realização da prova após o fechamento das portarias ficará impedido de participar do concurso, sendo automaticamente eliminado.

**4.3.1.** A critério da UFLA, em razão de fatores externos, poderá ser prorrogado o horário de fechamento das portarias de acesso aos setores onde será realizada a prova, mantida a duração máxima de 4 horas prevista no subitem **4.2** deste Edital.

**4.3.2.** A UFLA não se responsabiliza por quaisquer problemas de trânsito ou congestionamento das vias de acesso público, internas ou externas aos setores de provas.

**4.4.** O acesso ao setor de realização da prova só será permitido mediante a apresentação do **COMPROVANTE DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO, IMPRESSO em papel** e do **DOCUMENTO DE IDENTIDADE (com fotografia)** indicado no requerimento de inscrição.

**4.4.1.** O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

**4.4.2.** Na hipótese de extravio, perda, furto ou roubo do documento de identidade informado no ato da inscrição, o candidato poderá apresentar outro documento, desde que seja um dos documentos listados no subitem **2.6** deste Edital; nesse caso ele será conduzido à sala da Coordenação, para verificação. Caso não seja possível a apresentação de outro documento, o candidato deverá apresentar boletim de ocorrência (BO) de órgão policial constando o ocorrido (extravio, perda, furto ou roubo), expedido no máximo há 60 (sessenta) dias da aplicação das provas, e será conduzido à sala da Coordenação para identificação especial, que compreende a coleta de dados e assinatura em formulário próprio.

**4.5.** Ao entrar na sala de aplicação da prova, o candidato deverá localizar a carteira etiquetada com o seu nome e nº de inscrição e nela posicionar-se. Conferir se os dados constantes na etiqueta correspondem aos seus e aguardar as instruções dos aplicadores.

**4.6.** Durante a realização da prova, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade, coleta da assinatura e coleta da impressão digital. O candidato que se negar a ser identificado terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do concurso.

**4.7.** Os candidatos deverão permanecer **na sala de realização da prova** por, no mínimo, **90 (noventa) minutos após o início da aplicação**. Caso seja necessário, esse período poderá ser estendido.

**4.7.1.** O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o que prevê o subitem **4.7.** deste Edital, deverá assinar o Termo de Ocorrência que será lavrado pelo Supervisor do setor, declarando sua desistência do concurso público. Caso o candidato se negue a assinar o documento, o Termo de Ocorrência será assinado por três testemunhas.

**4.8.** A UFLA poderá, durante a realização da prova, efetuar filmagens e/ou fotografar os candidatos, bem como fazer uso de detector de metais.

**4.8.1.** O candidato portador de **MARCA-PASSO**, caso não possa ser submetido à verificação por detector de metais, deverá comunicar à DIPS previamente, conforme o disposto no subitem **2.10.3.** deste Edital, e portar, no dia da prova, declaração da junta médica da UFLA que explicita esta proibição. É de responsabilidade do candidato comunicar essa condição ao Fiscal de Segurança.

**4.9.** Durante a realização da prova, o candidato deverá estar munido **APENAS de caneta de corpo transparente de tinta azul**. Não será permitido o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos durante a aplicação da prova; portanto, sugere-se ao candidato que leve mais de uma caneta.

**4.10.** Durante a realização da prova, é proibido ao candidato manter em seu poder os itens relacionados abaixo, sob pena de ser retirado da sala e ser eliminado do concurso:

**a)** *bip, pager, walkman, smartphone, tablet, ipod®, pendrive, mp3* e similares, fones de ouvido, agenda eletrônica e similares, relógio de qualquer gênero, celular e assemelhados, controle remoto de alarme de carros e assemelhados, aparelhos eletrônicos ou de telecomunicações de qualquer espécie, mesmo que desligados;

**b)** caneta diferente da recomendada no subitem **4.9** deste Edital, lápis, lapiseira, borracha, régua, estilete, apontador, corretivo, calculadora;

**c)** textos de qualquer natureza, cadernos, blocos de notas, agendas, livros, manuais, qualquer tipo de impresso ou similar;

**d)** bolsa, carteira, luvas, óculos de lentes escuras, capacete, boné, touca, balaclava, gorro, viseira, chapéu e similares;

**4.10.1.** O candidato que se apresentar em sala com qualquer dos objetos relacionados acima deverá acomodá-los no envelope plástico fornecido pela UFLA, identificar o envelope e colocá-lo em local indicado pelo



aplicador (desligar qualquer aparelho antes de guardá-lo), ficando a equipe de aplicação e a UFLA isentas da responsabilidade por perda ou dano de objetos durante o processo.

**4.11.** Não será permitida a entrada de candidatos no setor de realização da prova portando armas, ainda que detenha autorização para o respectivo porte.

**4.12.** É aconselhável aos candidatos que tenham cabelos longos mantê-los presos, com as orelhas descobertas, bem como a retirada de qualquer tipo de adorno, especialmente em suas orelhas, durante a realização da prova. O aplicador fica autorizado a proceder à verificação de qualquer tipo de adorno, visando à segurança e ao sigilo da prova.

**4.13.** Candidatos portadores de órteses e próteses (auditivas, de locomoção e/ou outras) ou que tiverem necessidade de fazer uso de medicação no decorrer das provas, deverão informar à DIPS/UFLA, conforme subitem **2.10.3** deste Edital. O uso desses dispositivos, sem autorização prévia da DIPS/UFLA, será considerado fraude e o candidato será eliminado do concurso.

**4.14. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, o candidato que, quando da sua realização:**

- a) apresentar-se após o horário previsto;
- b) não realizar a prova, independentemente do motivo.
- c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais em benefício próprio ou de terceiros;
- d) for surpreendido comunicando-se com outras pessoas ou portando qualquer dos objetos especificados no subitem **4.10** deste Edital, mesmo que desligados;
- e) atentar contra a disciplina ou desacatar quem quer que esteja investido de autoridade para coordenar, supervisionar, orientar ou fiscalizar a aplicação da prova, ou perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- f) recusar-se a permanecer em sala no tempo mínimo previsto no subitem **4.7** deste Edital;
- g) recusar-se a permanecer em sala até o término das provas, caso esteja entre os 3 (três) últimos candidatos em sala, em conformidade com o subitem **4.24** deste Edital;
- h) recusar-se a entregar o caderno de prova e/ou os formulários de provas, ao término do tempo estabelecido para a sua realização;
- i) afastar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal antes do término de sua prova;
- j) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de prova, os formulários de provas e/ou qualquer outro material não autorizado;
- k) descumprir as instruções contidas nos formulários de provas e/ou caderno de prova com prejuízo à regularidade dos procedimentos;
- l) praticar demais atos que contrariem as normas do Edital e normas complementares.

**4.15.** O candidato receberá um caderno no qual constam as questões referentes aos respectivos conteúdos. Esse caderno poderá ser utilizado **SOMENTE** como rascunho para o desenvolvimento das questões e da Redação. Enquanto estiver aguardando a autorização para o início da prova, o candidato deverá **LER ATENTAMENTE** as instruções impressas na capa do caderno. Elas devem ser rigorosamente seguidas e integram as normas do concurso e deste Edital.

**4.16. Após a autorização para o início da prova, o candidato deverá verificar se há falhas em seu caderno de questões.** Caso sejam constatadas quaisquer irregularidades (na impressão ou outras), informar imediatamente ao aplicador. É de inteira responsabilidade do candidato eventuais prejuízos causados pela não observância desse item.

**4.17.** Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes às questões e/ou aos critérios de avaliação e classificação.

#### **4.18. FORMULÁRIOS DE RESPOSTAS**

##### **4.18.1. QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

**4.18.1.1.** O candidato receberá um formulário no qual deverá responder às questões de múltipla escolha.

**4.18.1.2.** Nesse formulário, estão indicados o seu nome, o número de inscrição, a data, o cargo e o setor de realização da prova. O candidato deverá verificar se os dados estão corretos e, em caso de divergência, comunicar ao aplicador.

**4.18.1.3.** O candidato deverá assinar o formulário de respostas somente dentro da quadrícula indicada.

**4.18.1.4.** Cada questão admite apenas uma alternativa correta (letra A, B, C ou D). O candidato deverá preencher totalmente o círculo correspondente à alternativa que deseja marcar, conforme instrução no formulário, usando **exclusivamente caneta de tinta azul** e deverá reforçar a marca, cuidando para que ela não ultrapasse o círculo

correspondente. Ao final do caderno de provas, há um rascunho para respostas. O candidato deverá transcrever as alternativas para o formulário de respostas, tendo o cuidado de conferir, antes da transcrição, as respostas contidas no rascunho. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento do seu formulário de respostas.

**4.18.1.4.1.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de provas não serão considerados para fins de correção.

**4.18.1.5.** O formulário de respostas não poderá ser rasurado, dobrado, amassado ou danificado, e em hipótese alguma será substituído, a não ser por falha da organização do concurso.

**4.18.1.6.** O formulário de respostas será lido em scanner óptico e qualquer dano, conforme indicado no subitem anterior, ou marcação em cor clara ou diferente da indicada, poderá comprometer a leitura, isentando a UFLA de responsabilidade.

**4.18.2. REDAÇÃO (somente para o cargo de Auxiliar em Administração)**

**4.18.2.1.** O candidato receberá um formulário para o desenvolvimento da redação. Nesse formulário estão indicados o nome do candidato, o número de inscrição, a opção do cargo, a data e o setor de realização da prova. O candidato deverá verificar se os dados estão corretos e, em caso de divergência, comunicar ao aplicador.

**4.18.2.2.** O candidato deverá assinar o formulário **SOMENTE** dentro da quadrícula indicada. **Não assinar o seu nome em outro local do formulário.**

**4.18.2.3.** O candidato deverá utilizar o espaço apropriado no formulário para o desenvolvimento da redação. Se desejar, poderá fazer rascunho da redação no caderno de prova.

**4.18.2.4. Somente serão consideradas as redações desenvolvidas no formulário próprio para esse fim, escritas com caneta de tinta azul.**

**4.18.2.5.** O candidato não deverá escrever nos espaços reservados à UFLA.

**4.18.2.6.** O formulário não será substituído, devendo o candidato ter cuidado ao desenvolver a redação.

**4.19.** As assinaturas na lista de presença e no(s) formulário(s) são de inteira responsabilidade do candidato.

**4.20.** A devolução do caderno de prova e do(s) formulário(s) ao aplicador é de inteira responsabilidade do candidato.

**4.21.** Não será permitido ao candidato levar o caderno de prova, que ficará com o aplicador. Os candidatos poderão sair somente com o rascunho do gabarito, desde que não tenha nenhuma anotação, a não ser as marcações das respostas.

**4.22.** Não será permitido ao candidato alimentar-se dentro da sala de prova. O candidato que necessitar fazê-lo deverá solicitar ao aplicador o seu encaminhamento a um lugar destinado para esse fim. O tempo gasto nessa atividade não será acrescido ao tempo de prova.

**4.22.1.** Em sala o candidato poderá tomar água, desde que esteja armazenada em garrafa de plástico de corpo transparente, sem rótulo.

**4.23.** Não será permitido que os candidatos fumem durante a realização da prova, de acordo com a legislação vigente (art. 2º da Lei nº 9.294, de 15/07/1996 e art. 3º do Decreto nº 2.018, de 01/10/1996, alterado pelo Decreto nº 8.262 de 31/5/2014).

**4.24.** Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão se retirar da sala de prova, simultaneamente, para garantir a lisura nos procedimentos de aplicação do concurso.

**4.25.** O candidato que finalizar e entregar a prova, antes do término do horário previsto, não poderá mais fazer uso das instalações sanitárias do setor de realização da prova, a não ser em situações de emergência, com a autorização do Supervisor.

**4.26.** O caderno de prova e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico **[www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta)**, a partir das 10 horas do dia seguinte à sua realização. Não será fornecido gabarito por e-mail, fax ou telefone.

## **5. DA CORREÇÃO**

### **5.1. PROVA OBJETIVA**

**5.1.1.** As questões de múltipla escolha serão corrigidas por sistema eletrônico de computação, com a utilização de scanner óptico.

**5.1.2.** Em caso de anulação de questões pela UFLA, os respectivos pontos serão atribuídos a todos os candidatos que estiveram presentes à prova.

**5.1.3.** Questões erradas não anulam questões certas.

**5.1.4.** Será atribuído **valor 0 (zero)** à questão em branco, à questão errada e à questão em que houver mais de uma alternativa marcada, mesmo que uma das alternativas seja a correta.

**5.1.5.** Marcações diferentes da estabelecida ou rasuras no formulário de respostas poderão levar à anulação da questão durante a leitura eletrônica

**5.1.6. REDAÇÃO (somente para o cargo de Auxiliar em Administração)**

**5.1.7.** A redação será corrigida por uma banca composta por dois corretores, que atuarão individualmente, sem que o candidato seja identificado.

**5.1.7.1.** Cada corretor avaliará a redação considerando quatro itens (1. Atendimento ao gênero e à proposta; 2. Tratamento da informação e coerência; 3. Coesão; 4. Correção linguística), de acordo com a chave de correção apresentada no programa das disciplinas, disponível no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**. A nota da Redação, por corretor, será a soma das pontuações atribuídas aos itens avaliados.

**5.1.7.2.** A nota final da redação será a média aritmética simples das notas atribuídas pelos dois corretores, desde que uma possível discrepância (diferença) entre as duas notas atribuídas pelos corretores não seja superior a 4 (quatro) pontos. A nota final terá 2 (duas) casas decimais, desconsiderando-se as demais.

**5.1.7.2.1.** Caso haja discrepância acima de 4 (quatro) pontos nas notas atribuídas pelos dois corretores, a redação será corrigida por um terceiro corretor. As notas consideradas válidas para o cálculo da média serão as duas notas que mais se aproximarem, e a outra nota será desconsiderada. A nota final da Redação será a média aritmética simples das notas válidas, e terá 2 (duas) casas decimais, desconsiderando-se as demais.

**5.1.7.2.1.1.** Caso as diferenças entre as três notas, comparadas duas a duas, sejam iguais, serão consideradas válidas para o cálculo da média as duas maiores notas e a menor nota será desconsiderada. A nota final da Redação será a média aritmética simples das notas válidas, e terá 2 (duas) casas decimais, desconsiderando-se as demais.

**5.1.7.2.2.** Caso permaneça a discrepância acima de 4 (quatro) pontos entre as notas válidas, será constituída uma nova banca, composta por 2 (dois) corretores que, em conjunto, farão a avaliação técnica das correções e atribuirão nota final à Redação.

**5.1.7.2.3.** Caso o terceiro corretor atribua nota 0 (zero) à Redação, essa nota será desconsiderada e será constituída uma nova banca, composta por 2 (dois) corretores que, em conjunto, farão a avaliação técnica das correções e atribuirão nota final à Redação.

**5.1.7.3.** A redação que obtiver nota 0 (zero) por um dos corretores, independentemente da discrepância, será corrigida por um terceiro corretor.

**5.1.7.3.1.** Caso o terceiro corretor também atribua nota 0 (zero), essa será a nota final do candidato;

**5.1.7.3.2.** Caso o terceiro corretor atribua nota diferente de 0 (zero), a nota 0 (zero) será desconsiderada e a nota final será a média aritmética simples das outras duas notas. A nota final terá 2 (duas) casas decimais, desconsiderando-se as demais.

**5.1.7.3.2.1.** Caso haja discrepância acima de 4 (quatro) pontos nas notas válidas, será constituída uma nova banca, composta por 2 (dois) corretores que, em conjunto, farão a avaliação técnica das correções e atribuirão a nota final à Redação.

**5.1.7.4. Receberá nota 0 (zero) a redação que:**

- a) Não contiver texto escrito no formulário específico para esse fim (Formulário de Redação);
- b) For desenvolvida a lápis ou com caneta que não de tinta azul, conforme subitem **4.18.2.4** deste Edital;
- c) Contiver qualquer forma de identificação: assinatura fora do espaço reservado para esse fim, rubrica, pseudônimos, desenhos, mensagens, números de inscrição ou de documentos ou quaisquer sinais que possam identificá-lo;
- d) Apresentar-se escrita em extensão inferior a 11 (onze) linhas, qualquer que seja o conteúdo, o que configurará “texto insuficiente”. Para efeito de contagem das linhas, o título da Redação e a cópia de trechos apresentados no caderno de provas serão desconsiderados;
- e) For desenvolvida com letra ilegível de forma que impossibilite a compreensão;
- f) Não atender à proposta solicitada e/ou desenvolver outra estrutura textual que não seja a do gênero discursivo indicado na proposta, o que configurará “Fuga ao tema/não atendimento ao gênero textual”;
- g) Revelar desrespeito aos direitos humanos ou apresentar conteúdos ofensivos ou preconceituosos.

**5.1.7.5.** As Redações que receberem nota 0 (zero) terão as seguintes notações:

- Em branco;
- Desenvolvida a lápis ou com caneta que não de tinta azul;
- Com identificação;
- Texto insuficiente;

- Letra ilegível.
- Fuga ao tema/não atendimento ao gênero textual;
- Desrespeito/conteúdos ofensivos ou preconceituosos.

## 6. DA PONTUAÇÃO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

**6.1. CARGO DE AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO:** O concurso terá pontuação total igual a 90 (noventa) pontos.

**6.1.1.** A pontuação final do candidato será o somatório dos pontos obtidos na primeira fase (prova objetiva) e na segunda fase (redação), observados os seus respectivos pesos.

**6.1.2.** A classificação final dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente da pontuação final.

**6.1.3.** Em caso de empate na pontuação final do concurso, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem:

**a)** candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completados até o último dia de inscrição no concurso, conforme disposto no parágrafo único do artigo 27 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º/10/2003);

**b)** candidato que obtiver maior pontuação na prova de Língua Portuguesa;

**c)** candidato que obtiver maior pontuação na prova de Legislação;

**d)** candidato que obtiver maior pontuação na prova de Matemática;

**e)** persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

**6.2. CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL:** O concurso terá pontuação total igual a 140 (cento e quarenta) pontos, observados os respectivos pesos de cada conteúdo.

**6.2.1.** A classificação final dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente da pontuação final.

**6.2.2.** Em caso de empate na pontuação final do concurso, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem:

**a)** candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completados até o último dia de inscrição no concurso, conforme disposto no parágrafo único do artigo 27 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º/10/2003);

**b)** candidato que obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimento Específico; e

**c)** persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

**6.3.** Em conformidade com o Anexo II do Decreto nº 6.944/09, serão considerados **APROVADOS** os candidatos classificados até o **número máximo de candidatos permitido para aprovação**, conforme Quadro 1 deste Edital.

**6.3.1.** Em atendimento ao § 3º do artigo 16 do Decreto nº 6.944/09, todos os candidatos empatados na última classificação de aprovados serão também considerados **APROVADOS**.

**6.4.** De acordo com o § 1º do art. 16 do decreto supracitado, os candidatos classificados acima do **número máximo de candidatos permitido para aprovação** de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944/09, ainda que não tenham sido eliminados, serão considerados **REPROVADOS** no concurso.

**6.5.** O resultado final do concurso será homologado pelo Reitor da UFLA e publicado no *Diário Oficial da União*, em conformidade com a legislação pertinente. O resultado será divulgado no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**.

**6.6.** Reserva-se à UFLA o direito de rever, a qualquer momento, a classificação dos candidatos, se decorrente de irregularidades apuradas ou em função de equívocos administrativos.

## 7. DOS RECURSOS

**7.1.** O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do pedido de isenção da taxa de inscrição, contra o resultado da solicitação de atendimento especial, contra o gabarito preliminar e/ou questões da primeira fase, contra o resultado preliminar da primeira fase e contra o resultado preliminar da segunda fase.

**7.2. O recurso contra o resultado do pedido de isenção** da taxa de inscrição, de que trata o subitem 2.9.5 deste Edital, deverá ser interposto no prazo de **1 (um) dia útil**, a contar da divulgação do resultado, devendo ser apresentada a devida justificativa.

**7.2.1.** Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**. Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

**7.2.2.** O recurso será submetido ao Órgão Gestor do CadÚnico, que decidirá, em última instância, acerca do apelo interposto, cabendo à DIPS/UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

**7.2.3.** Não serão analisados os recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

**7.2.4.** O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), no dia **29/7/2016**.

**7.3. O recurso contra o resultado de atendimento especial**, de que trata o subitem **2.10.7** deste Edital, deverá ser interposto no prazo de **1 (um) dia útil**, a contar da divulgação do resultado, com fundamentação.

**7.3.1.** Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta). Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

**7.3.2.** O recurso será submetido à Junta Médica da UFLA, que decidirá, em última instância, acerca do apelo interposto, cabendo à DIPS/UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

**7.3.3.** Não serão analisados os recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

**7.3.4.** O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), no dia **2/9/2016**.

**7.4. O recurso contra o gabarito preliminar e/ou questões da primeira fase** deverá ser apresentado:

**a)** no prazo de **1 (um) dia útil**, contados a partir da data de divulgação do gabarito preliminar e da prova no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta);

**b)** com argumentação lógica, consistente e fundamentada nas referências bibliográficas;

**c)** especificamente para cada objeto recursal.

**7.4.1.** Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta). Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

**7.4.2.** O recurso será examinado pela respectiva Banca Elaboradora da prova, que dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância.

**7.4.3.** Se do exame do recurso resultar anulação de alguma questão, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova.

**7.4.4.** Se do exame do recurso resultar alteração do gabarito, os pontos correspondentes serão atribuídos apenas a favor dos candidatos presentes à prova, cujas respostas coincidirem com as do gabarito alterado.

**7.4.5.** Não serão analisados os recursos sem fundamentação, fora do prazo ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

**7.4.6.** O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta).

**7.5. O recurso contra o resultado preliminar da primeira fase** deverá ser apresentado no prazo de **1 (um) dia útil**, contado a partir da data de publicação do resultado da primeira fase no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta).

**7.5.1.** Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta). Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

**7.5.1.1.** Os formulários de respostas preenchidos pelos candidatos serão digitalizados e disponibilizados em forma de arquivo para consulta, independentemente da solicitação do candidato, e ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de disponibilização. O candidato terá acesso somente às imagens de seus formulários de respostas.

**7.5.2.** O recurso será analisado pela DIPS/UFLA e pela PRGDP/UFLA, que darão decisão conjunta e terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância.

**7.5.3.** Não serão analisados os recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

**7.5.4.** O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta).

**7.6. O recurso contra o resultado preliminar da segunda fase (redação)** deverá ser apresentado no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de publicação do resultado da segunda fase, no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta).

**7.6.1.** Os formulários de redação dos candidatos classificados para a segunda fase serão digitalizados e disponibilizados em forma de arquivo para consulta, independentemente da solicitação do candidato, e ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de disponibilização. O candidato terá acesso somente às imagens de seu formulário de redação.

**7.6.2.** O candidato que quiser solicitar vista da correção da redação, deverá preencher o formulário específico para esse fim, disponível no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), em até **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de publicação do resultado da segunda fase.

**7.6.2.1.** A vista da correção da redação será concedida nas dependências da DIPS/UFLA, mediante a apresentação do documento de identidade do candidato e do formulário citado no subitem anterior, nos horários das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30.

**7.6.2.2.** Serão aceitos também pedidos de vista encaminhados por intermédio dos Correios, via Sedex, desde que postados no prazo especificado no subitem **7.6.** deste Edital e que dêem entrada no Setor de Protocolo da UFLA em até **3 (três) dias úteis** após o respectivo prazo. A DIPS/UFLA não se responsabiliza por atrasos além desse período.

**7.6.2.2.1.** A DIPS/UFLA encaminhará cópia das pontuações referentes aos itens de correção divulgados no Programa das Matérias, no endereço [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), também por intermédio dos Correios.

**7.6.3.** O candidato que, após a solicitação de vistas da correção da redação, quiser apresentar razões para recurso, deverá fazê-lo no prazo constante do subitem **7.6** deste Edital.

**7.6.3.1.** Para interpor recurso, o candidato deverá preencher e assinar formulário próprio, disponível no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), e protocolar no Setor de Protocolo, localizado no Centro Administrativo da UFLA, no horário das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30, endereçado à DIPS/UFLA, observado o prazo estabelecido no subitem **7.6** deste Edital.

**7.6.3.2.** Serão aceitos também recursos encaminhados por intermédio dos Correios, via Sedex, desde que postados no prazo especificado no subitem **7.6** deste Edital e que dêem entrada no Setor de Protocolo da UFLA em até **3 (três) dias úteis** após os respectivos prazos. A UFLA não se responsabiliza por atrasos além desse período.

**7.6.3.3.** Não serão aceitos recursos interpostos via fax e/ou via correio eletrônico, assim como recursos interpostos sem assinatura do candidato, sem fundamentação ou fora dos prazos.

**7.6.4.** O recurso será analisado pela banca de corretores das Redações que dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância.

**7.6.5.** O resultado dos recursos será disponibilizados no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta).

## **8. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO E DA POSSE**

**8.1.** Para a investidura no cargo o candidato deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

**8.1.1.** ter sido aprovado e classificado neste concurso, na forma estabelecida neste Edital;

**8.1.2.** ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, neste último caso, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto nº 70.436, de 18/4/1972;

**8.1.3.** ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse;

**8.1.4.** ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, incluindo a compatibilidade de deficiência apurada pela Junta Médica Oficial da UFLA, no caso dos candidatos aprovados que indicaram suas deficiências.

**8.1.5.** não acumular cargos, empregos e funções públicas e não perceber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, exceto aqueles permitidos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 34/2001.

**8.1.6.** não ter sido demitido do Serviço Público Federal ou destituído do cargo em comissão, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador, decorrentes das seguintes infrações: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem e por atuar, como procurador ou intermediário, perante a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.

**8.1.7.** não ter sido demitido do Serviço Público Federal ou destituído do cargo em comissão por ter cometido as seguintes infrações: crime contra a administração pública; improbidade administrativa; aplicação irregular de dinheiro público; lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio nacional e corrupção;

**8.1.8.** gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

**8.1.9.** possuir e comprovar os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme disposto no Quadro 1 deste Edital;

**8.1.9.1.** os diplomas que comprovam os requisitos para ingresso deverão ser de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), nos termos da legislação vigente, e quando expedidos por instituições de ensino estrangeiras, deverão estar revalidados, conforme disposto no § 2º do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996). A não apresentação dos diplomas impedirá a posse no cargo.

**8.1.10.** apresentar outros documentos que vierem a ser exigidos na época da posse.

**8.2.** Somente poderá ser empossado o candidato aprovado que cumprir, integralmente, todas as determinações constantes neste Edital.

**8.3.** No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

**8.4.** O candidato nomeado deverá submeter-se a exame admissional na Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO), com vista à apuração, pela Junta Médica Oficial da UFLA, de sua aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, cuja comprovação deverá ser apresentada para o ato de posse, conforme determina o artigo 5º, inciso VI, da Lei nº 8.112/90.

**8.4.1.** O candidato nomeado considerado inapto para o exercício do cargo ao qual concorreu, poderá interpor recurso contra o parecer da Junta Médica, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de ciência do interessado por qualquer meio que assegure a certeza do conhecimento do candidato da decisão da Junta.

**8.4.1.1.** O recurso deverá ser enviado à PRGDP/UFLA, por meio de requerimento fundamentado e protocolado no Setor de Protocolo, localizado no Centro Administrativo da UFLA, observado o prazo estabelecido no subitem 8.4.1. deste Edital.

**8.4.1.2.** Será aceito recurso encaminhado por intermédio dos Correios, via SEDEX, desde que postado especificado no subitem 8.4.1. deste Edital e que dê entrada no Setor de Protocolo da UFLA em até 3 (três) dias úteis do citado prazo. A UFLA não se responsabiliza por atrasos além deste período.

**8.4.1.3.** Não será aceito recurso interposto via fax e/ou via correio eletrônico, assim como recurso interposto sem a assinatura do candidato, sem fundamentação ou fora do prazo.

**8.4.1.4.** O recurso de que trata o subitem **8.4.1.** deste Edital será submetido à Junta Médica da UFLA, que decidirá, em última instância acerca do apelo interposto, cabendo à PRGDP/UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

**8.4.2.** O candidato nomeado considerado inapto para o exercício do cargo ao qual concorreu, será eliminado do concurso e exonerado, sendo nomeado o candidato imediatamente subsequente na classificação geral relativa ao respectivo cargo.

**8.5.** O candidato aprovado será convocado para a posse, que deverá ocorrer no prazo improrrogável de **30 (trinta)** dias, contado a partir da publicação do ato de sua nomeação no *Diário Oficial* da União. O não pronunciamento do convocado no prazo estipulado obrigará a UFLA a tornar sem efeito a portaria de nomeação, convocando o próximo candidato classificado.

**8.6.** A posse dos candidatos aprovados e nomeados observará o limite de vagas estabelecido no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente, ou na hipótese de ocorrência de substituições permitidas pela legislação pertinente.

**8.7.** A previsão para o ingresso dos nomeados no concurso será no período de sua validade, respeitados os prazos e requisitos estabelecidos em lei para a investidura em cargo público.

**8.8.** O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito, nos termos do artigo 41, *caput*, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e na Resolução CUNI nº 33, de 8/12/2005 e alterações posteriores, a estágio probatório, durante o qual serão avaliadas a sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1.** O candidato inscrito assume a aceitação total e incondicional das normas constantes neste Edital e demais expedientes relacionados a este Concurso, conforme subitem **9.2** deste Edital.

**9.2.** Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos legais, quaisquer editais retificadores ou complementares deste Concurso que vierem a ser publicados pela UFLA, bem como as disposições e instruções contidas no endereço eletrônico [www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta), no comprovante definitivo de inscrição, no caderno de prova, no formulário de respostas e de redação e demais documentos referentes a este Concurso.

**9.3.** A aprovação no concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFLA, mas sim a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

**9.4.** É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação no *Diário Oficial da União* de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público e a divulgação na Internet, no endereço eletrônico **[www.prgdp.ufla.br/concurso/ta](http://www.prgdp.ufla.br/concurso/ta)**.

**9.5.** O candidato aprovado deverá comunicar, por meio de documento impresso e assinado, à Coordenadoria de Seleção/PRGDP/UFLA qualquer alteração de endereço, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes da não atualização.

**9.6.** Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do concurso, publicada no Diário Oficial da União.

**9.7.** Não haverá atendimento diferenciado para candidatos por motivo de confissão religiosa, sendo a prova aplicada a todos os candidatos na mesma data e no mesmo horário estabelecidos pela UFLA.

**9.8.** A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, da prova, da nomeação e da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e utilização de meios ilícitos durante o concurso, sem prejuízo de outras penalidades legais.

**9.9.** Ao fim do prazo de validade do concurso, incluindo o de prorrogação, se for o caso, os formulários de respostas das provas objetivas e da redação serão eliminados.

**9.10.** Os casos omissos serão resolvidos pela PRGDP/UFLA e DIPS/UFLA.

Lavras, 29 de junho de 2016.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO  
Reitor



# CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 71/2016

## CARGO: AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E LEGISLAÇÃO

#### LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer opiniões, identificar informações explícitas e/ou não explícitas em um texto.
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Identificar e corrigir, em um texto dado, determinadas inadequações em relação à língua padrão.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.
- Reconhecer e identificar a estrutura dos textos oficiais.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras.
- Identificar mecanismos de coesão e de coerências textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

### Chave de correção - Critérios para avaliação de Redação

	Itens avaliados	Aspectos considerados	Pontuação
<b>Adequação discursiva e conceitual</b>	1 - Atendimento à proposta e tratamento da informação	Estrutura composicional do gênero Organização lógico-sequencial Formalidade Contextualização (problematização) Informatividade Coerência textual (não-contradição) Argumentatividade Posicionamento/Marcas de autoria Clareza	10,0
<b>Adequação linguístico-textual</b>	2 - Organização gramatical e linguística do texto	Coesão referencial Coesão sequencial Organização das frases/períodos/parágrafos Pontuação Ortografia Concordância verbal e nominal Regência verbal e nominal Colocação pronominal	10,0
<b>TOTAL DA REDAÇÃO</b>			<b>20,0</b>

#### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA<sup>(\*)</sup>:**

ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005. 199 p.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Nacional, 2005.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2003.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/index.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm)>. Acesso em: 6 set. 2012.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## MATEMÁTICA

O candidato deverá demonstrar competência com os tópicos de Matemática do Ensino Fundamental listados abaixo, mostrar habilidade com o raciocínio lógico, bem como aplicá-los em situações da vida prática.

- Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
- Razões e proporções, regras de três simples e compostas, porcentagem, juros simples e compostos.
- Pesos, medidas e sistema métrico
- Noções de matemática financeira
- Média aritmética e ponderada
- Sistemas de equações do primeiro grau
- Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos
- Princípio fundamental da contagem

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA<sup>(\*)</sup>:**

BIANCHINI, E. **Matemática Bianchini**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2011. 4v.

CARVALHO, A. L. T.; REIS, L. F. **Aplicando a matemática**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 4v.

DANTE, L. R. **Tudo é matemática**. São Paulo: Ática, 2008. 4v.

DULCE, I. **Matemática: idéias e desafios**. São Paulo: Saraiva, 2010. 4v.

GIOVANNI, J. R.; CASTRUCCI, B. A **Conquista da matemática: edição renovada**. São Paulo: FTD, 2011. 4v.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MACHADO, A. **Matemática e realidade**. São Paulo: Saraiva, 2009. 4v.

IMENES, L. M.; LELLIS, M. **Matemática: Imenes & Lellis**. São Paulo: Moderna, 2010. 4v.

JAKUBOVIC, J.; CENTURIÓN, M. R. **Matemática na medida certa**. São Paulo: Scipione, 2011.

RIBEIRO, J. da S. **Matemática**. São Paulo: Scipione, 2005. 4 v. (Projeto Radix).

SOUZA, J.; PATARO, P. M. **Vontade de saber matemática**. São Paulo: FTD, 2009.

**(\*) Os livros sugeridos foram avaliados pelo Ministério da Educação e constam do Guia do Livro Didático (PNLD – 2011 e 2015) de Matemática. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## LEGISLAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 5º.
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 e suas alterações.
- Regimento da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 71 de 2016.

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA<sup>(\*)</sup>:**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8112compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In: \_\_\_\_\_. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In: \_\_\_\_\_. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. Ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98-129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 71, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 59-63. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/2016&jornal=3&pagina=63&totalArquivos=272>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

# CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 71/2016

## CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

1) Leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em diferentes situações comunicativas.
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto, de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa).
- Identificar o sentido global de um texto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Identificar mecanismos de coesão e de coerência textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras.
- Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar variedades e adequação de linguagem.

2) Conhecimentos linguístico-textuais:

- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.
- Reconhecer a significação de palavras e expressões. Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre palavras, expressões e frases.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA\*:**

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, 2005.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 2003.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual.** São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KOCH, I. G. V. **A coesão textual.** São Paulo, SP: Contexto, 2013.
- KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.
- MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República.** 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/index.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm)>. Acesso em: 6 set. 2012.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 2004. 160 p.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

# MATEMÁTICA

## **MATEMÁTICA - Nível E - "Cargo Engenheiro Civil"**

O candidato deve demonstrar conhecimentos que lhe permitam: a utilização do conhecimento Matemático básico tanto em aplicações abstratas quanto em situações práticas. Demonstrar capacidade de raciocínio lógico e dedutivo.

**1. CONJUNTOS** – Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto. **2. CONJUNTOS NUMÉRICOS** – Números naturais e inteiros: operações fundamentais, critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, valor absoluto, intervalos. **3. UNIDADES DE MEDIDAS** – Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, ângulo e tempo. Transformações das unidades de medidas. **4. MATEMÁTICA FINANCEIRA** – Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos. **5. GEOMETRIA PLANA** – Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares. **6. GEOMETRIA NO ESPAÇO** – Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cone seus respectivos troncos e esfera. **7. FUNÇÕES** – Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função afim, funções polinomiais de primeiro e segundo grau, função exponencial, função logarítmica e seus respectivos gráficos. **8. GEOMETRIA ANALÍTICA** – Coordenadas cartesianas no plano. Distância entre dois pontos. As equações da reta. **9. PROGRESSÕES** – Sequências. Progressões aritméticas. Progressões geométricas. **10. TRIGONOMETRIA** – Seno, cosseno, tangente. Relações fundamentais. Relações trigonométricas. **11. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE** – Princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional. **12. NOÇÕES DE ESTATÍSTICA** – População, amostra, distribuição de frequência, média, moda, mediana, variância, desvio padrão, interpretação de gráficos e de tabelas. Distribuição Normal de Gauss. **12. CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL DE FUNÇÕES REAIS DE UMA VARIÁVEL REAL** – derivação, integração, máximos e mínimos, reta tangente, taxas de variação, aplicações. **14. EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS** - Equações diferenciais ordinárias, variáveis separáveis, Equações diferenciais ordinárias lineares de segunda ordem com coeficientes constantes, aplicações. **15. CÁLCULO NUMÉRICO** – Noções básicas sobre erros, erros absolutos e erros relativos, zeros reais de funções reais.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA\*:**

- BARROSO, J. M. **Conexões com a matemática**: ensino médio. São Paulo: Moderna, 2011.
- DANTE, L. R. **Matemática**: contexto & aplicações: ensino médio. São Paulo: Ática, 2011.
- DEGENSZAIN, D. et al. **Matemática ciência e aplicações**: ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINIZ, M. I.; SMOLE, K. S. **Matemática ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FRANCO, N. B. **Cálculo numérico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- HUGHES-HALLETT, D. et al. **Cálculo e aplicações**. São Paulo: E. Blücher, 2009. 329 p.
- LARSON, R. E. et al. **Cálculo com aplicações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998 711 p.
- PAIVA, M. **Matemática**: Paiva: ensino médio. São Paulo: Moderna, 2009.
- RIBEIRO, J. **Matemática ciência, linguagem e tecnologia**: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2011.
- RUGGIERO, M.; LOPES, V. **Cálculo numérico**: aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.
- SOUZA, J. **Novo olhar**: matemática: ensino médio. São Paulo: FTD, 2011.
- SWOKOWSKI, E. W. **Cálculo com geometria analítica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995. 2. v.

(\* ) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

# LEGISLAÇÃO

## LEGISLAÇÃO - Nível E - "Cargo Engenheiro Civil"

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 5º e 37 a 41.
- Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 e suas alterações.
- Licitações e contratos da Administração Pública: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
- Licitação Sustentável: Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
- Pregão para aquisição de bens e serviços comuns: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- Regimento Geral da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 71 de 2016

## BIBLIOGRAFIA SUGERIDA\*:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm)>. Acesso: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2002 e retificado em 30 jul. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm)>. Acesso: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8112compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993, republicado e retificado em 6 jul. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8666compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm)>. Acesso: 6 jun. 2016.



BRASIL. Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)> Acesso: 28 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Licitação. In: **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 408-515.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In:\_\_\_\_\_. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In:\_\_\_\_\_. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. Ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In:\_\_\_\_\_. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98 - 129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 71, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 59-63. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/2016&jornal=3&pagina=63&totalArquivos=272>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

(\*) **A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ENGENHEIRO CIVIL

**CONSTRUÇÃO CIVIL GERAL:** Aglomerantes, cal, gesso, cimento, agregados. Concretos: propriedades, fator água/cimento, resistência mecânica e durabilidade. Aços para concreto armado: classificação. Materiais cerâmicos para construção civil. Estruturas de concreto armado: formas de madeira e metálicas, produção e lançamento do concreto, cura e adensamento, desforma. Normas brasileiras. Argamassas: classificação, propriedades essenciais, principais argamassas preparadas no canteiro de obras, argamassas industrializadas, principais patologias. Planejamento de obras de construção civil: engenharia de custos, orçamento, composição de custos unitários, parciais e totais, levantamento de quantidades, especificação de materiais e serviços, contratação de obras e serviços, planejamento de tempo. Análise PERT/CPM.

**PROJETOS EM ENGENHARIA CIVIL:** Projetos de fundações em geral. Projetos de estruturas. Projetos de eletricidade na construção civil. Projetos de hidráulica e saneamento. Normas brasileiras.

**ESTRUTURAS:** Morfologia das estruturas, carregamentos, idealização. Estruturas isostáticas planas e espaciais. Princípio dos Trabalhos Virtuais. Cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas. Análise de estruturas estaticamente indeterminadas: método das forças. Análise de estruturas cinematicamente indeterminadas: método dos deslocamentos. Aplicações nas estruturas de concreto armado, aço e madeira. Lajes, vigas e pilares.

**HIDRÁULICA, SANEAMENTO, HIDROLOGIA E ÁGUAS PLUVIAIS:** Demanda e consumo de água; estimativa de vazões; captação, adução, reservação, estações elevatórias e distribuição de água; Qualidade da água e padrão de potabilidade; Princípios do tratamento de água. Sistemas estáticos para a disposição de esgotos; rede coletora; qualidade da água e padrões de lançamento; princípios do tratamento de esgotos. Drenagem pluvial; estimativa de contribuições; galerias e canais. Instalações prediais: água fria, esgotos sanitários, águas pluviais, combate a incêndio.

**GEOTECNIA e SOLOS.** Caracterização dos solos. Resistência ao cisalhamento, compactação, tensões e deformações, compressibilidade e adensamento, estabilidade de taludes e encostas, empuxos de terra, drenagem. Fundações diretas e profundas. Tipos e características das fundações. Estruturas de contenção.

**TEORIA DAS ESTRUTURAS:** Morfologia das estruturas, carregamentos, idealização; estruturas isostáticas planas e espaciais; Princípio dos Trabalhos Virtuais; cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas; análise de estruturas estaticamente indeterminadas: método das forças; análise de estruturas cinematicamente indeterminadas: método dos deslocamentos; aplicações nas estruturas de concreto, aço e madeira.

**TOPOGRAFIA, TRANSPORTES E PAVIMENTAÇÃO:** noções básicas de projetos de topografia, geométrico e de terraplenagem; pavimentação de vias: tipos de vias, dimensionamento de pavimentos, tipos de materiais. Transportes: fluxo de veículos, sinalização e semáforos.

**ELETRICIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL:** Conceitos de corrente, tensão e potência elétrica – Fator de potência. Materiais elétricos na construção civil. Instalações elétricas prediais: baixa, média e alta tensão. Noções de segurança em eletricidade.

**SEGURANÇA DO TRABALHO:** Conceitos básicos em Segurança do Trabalho. Avaliação do trabalho e do ambiente do trabalho, quantitativa e qualitativamente. Análise do processo de trabalho. Acidente de trabalho: conceitos, causas e consequências. Aplicação e orientação prática das Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho. EPI – Equipamento de Proteção Individual. EPC – Equipamento de Proteção Coletiva. Caracterização da exposição a riscos ocupacionais (físico, químico, biológicos e ergonômicos). Conceitos de Insalubridade e Periculosidade. Intervenção em ambiente de trabalho. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Comissão Interna de Saúde do Servidor Público; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Insalubres; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Perigosas. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Ergonomia. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Trabalho em Altura. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. Medidas de prevenção contra incêndio e pânico nas edificações.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas Técnicas.

AOKI, N.; ANGELINO NETO, C. Fundações profundas na baixada santista. In: NEGRO JÚNIOR, A. et al. (Org.). **Solos do litoral de São Paulo**. São Paulo: Associação Brasileira de Mecânica dos Solos, [1994]. v. 1, p. 155-177.

AZEREDO, H. A. **O edifício até sua cobertura**. São Paulo: E. Blücher, 2002.

BAPTISTA, M. B.; COELHO, M. M. L. P. **Fundamentos de engenharia hidráulica**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, v.1.

BARROS, R. T. V. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios: saneamento**. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 1995. v. 1.

BAUER, L. A. F. **Materiais de construção**. São Paulo: LTC, 1999. 2 v.

BEER, F. P.; JOHNSTON, E. R. **Resistência dos materiais**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 1255.

CALIL JÚNIOR, C.; LAHR, F. A. R.; DIAS, A. A. **Dimensionamento de elementos estruturais de madeira**. Barueri: Manole, 2003. 152 p.

CARVALHO, R. C.; FIGUEIREDO FILHO, J. R. **Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado**. 3. ed. São Carlos: Ufscar, 2009. 368p.

CARVALHO, R. C.; PINHEIRO, L. M. **Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado**: volume 2. 2. ed. São Paulo: Pini, 2013. 617p.

CHERNICHARO, C. A. L. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias: reatores anaeróbios**. Belo Horizonte: UFMG, 1997. v. 5.

CINTRA, J. C. A.; AOKI, N. **Carga admissível em fundações profundas**. São Carlos: EESC/USP, 1999. 61 p. (Projeto Reenge).

CINTRA, J. C. A.; AOKI, N.; ALBIERO, J. H. **Tensão admissível em fundações diretas**. São Carlos: Rima, 2003. v. 1.

COELHO, R. S. A. **Orçamento de obras prediais**. São Luís: UEMA, 2001. 206p.

CRUZ, E. C. A.; ANICETO, L. A. **Instalações elétricas: fundamentos, prática e projetos em instalações residenciais e comerciais**. São Paulo: Érica, 2011. 432p.

ESCRIVÃO FILHO, E. **Gerenciamento na construção civil**. São Carlos: EESC/USP, 1998. 224p.

FERRAZ, A. C. C. P.; TORRES, I. G. E. **Transporte público urbano**. São Carlos: Rima, 2001.

HACHICH, W. et al. **Fundações: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2003.

HELLER, L.; PÁDUA, V. L. **Abastecimento de água para consumo humano**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HIBBELER, R. C. **Estática: mecânica para engenharia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 2005.

MATTOS, A. D. **Como preparar orçamentos de obras**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2014. 278p.

MATTOS, A. D. **Planejamento e controle de obras**. São Paulo: Pini, 2010. 420p.

METHA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto, estrutura, propriedades**. São Paulo: Pini, 1994.

NIYAMA, S.; AOKI, N.; CHAMECKI, P. R. Qualidade: verificação de desempenho. In: HACHICH, W. (Ed.). **Fundações: teoria e prática**. São Paulo: Pini, 1996. v. 1, p. 723-751.

PESSÔA, C. A.; JORDÃO, E. P. **Tratamento de esgotos domésticos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2002.

PFEIL, W.; PFEIL, M. **Estruturas de aço: dimensionamento prático**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SÜSSEKIND, J. C. **Curso de análise estrutural**. São Paulo: USP, 1981.

TSUTIYA, M. T. **Abastecimento de água**. São Paulo: USP, Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica, 2004.

TSUTIYA, M. T.; ALEM SOBRINHO, P. A. **Coleta e transporte de esgoto sanitário**. São Paulo: USP, Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica, 1999.

VARGAS, R. **Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos**. 6. ed. Rio de Janeiro, Brasport, 2005.

VIANNA, M. R. **Instalações hidráulicas prediais**. Belo Horizonte: Imprimatur, 1998.

VON SPERLING, M. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

VON SPERLING, M. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias: lagoas de estabilização**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. v. 3.

VON SPERLING, M. **Princípios do tratamento biológico de águas residuárias: lodos de esgotos: tratamento e disposição final**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. v. 6.

YAZIGI, W. **A técnica de edificar**. 2. ed. São Paulo: Pini, 1999.

### **Segurança do trabalho:**

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Título II - Capítulo V - da segurança e da medicina do trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 11937, 9 ago. 1943. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010. Estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=7771>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**